

A Ideologia do *Ranquismo*

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.4>

Juremir Machado da Silva

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Escola de Comunicação, Artes e Design,
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-8105-5596>

juremir@pucrs.br

Resumo

Este texto trata do campo científico como espaço de cooperação e de competição. Analisa, como sendo ideologia, a tendência em voga para o *ranquismo*: a hierarquização recorrente de estruturas, instituições, programas e pesquisadores por desempenho e produtividade.

Palavras-chave

ciência, pesquisa, ranking

Tensões e Enquadramentos

A ciência é um empreendimento individual e coletivo. Afirmarões desse tipo podem incomodar pela trivialidade ou pela amplitude. Em cada época, embora a aposta geral seja em descobertas, demonstrações e verdades, dá-se uma modulação das categorias utilizadas, dos horizontes a alcançar e dos mecanismos de validação dos conhecimentos alcançados. Se o século XIX acreditou mais numa ciência objetiva e produtora de verdades irrefutáveis, o século XX seria pródigo em relativizações, gerando algo paradoxal: um poder científico jamais visto antes e certa modéstia epistemológica. O século XXI oscila entre esses dois polos fundamentais.

Em ciência, por princípio, tudo se discute. O indiscutível pertence a outro universo. Por exemplo, o da religião. Mas também a religião, nos planos sociológicos, antropológicos, históricos e psicológicos, pode ser discutida. O que parece indevassável é a crença de alguém. Se sente que crê, acreditando na sua crença, está dispensado de provar a existência daquilo em que crê. Os diferentes territórios da pesquisa científica podem, por vezes, chocar-se. Seriam as ciências humanas tão científicas quanto a matemática, a física, a química e outras do gênero? Não se fará este debate, deveras conhecido, aqui. Basta remeter para grandes autores que se debruçaram sobre esse tipo de assunto: Popper (1978, 1963/1982), Morin (2001/2007), Lyotard (1979/1986), Bernard-Henri Lévy (1991) e Feyerabend (1975/1977). Num plano mais aberto, mas não menos necessário, pode-se beber em fontes clássicas inesgotáveis: Max Weber (1919/2003), Foucault (2011) e Nietzsche (1896/2008). Para uma entrada mais versátil e descontraída nesse jogo complexo, onde todos disputam posições, vale ler o trabalho de vulgarização, no sentido nobre da palavra, de Cham e Whiteseon (2019).

É desnecessário, portanto, e acaciano repetir que ciência é poder. Dito isso, por vias transversas, vem o restante: o poder classifica, organiza, ordena, coage, dita comportamentos, normas, critérios de avaliação, modos de comportamento e impõe metas. Em ciências, tudo isso busca se apresentar como necessário, racional, determinante, como se cada escolha decorresse da descoberta de uma lei natural pela qual o coletivo acataria imposições estruturais, não determinações de indivíduos. Nunca se trataria do que alguns querem, mas sempre do que a racionalidade determina. Evidentemente que uma visão tão ingênua dos jogos de poder no campo científico já não se impõe teoricamente. Contudo, correndo risco de provocar polêmica, é o que parece se consumir nas práticas cotidianas.

A pesquisa científica é um “campo”. Bourdieu (1996/1997) diz:

um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias. (p. 57)

Essa abordagem destaca o conflito dentro de estruturas poderosas. Todos competem com todos. Cada um busca o melhor espaço para a realização das suas aspirações individuais. Há mobilidade dentro do campo. Pode-se avançar ou retroceder, passar de dominante a dominado ou de dominado a dominante. Tudo depende da força acumulada ao longo do percurso, das metas fixadas e das estratégias escolhidas. Disputar posições pode ser do jogo, como se diz coloquialmente, mas também pode levar a rupturas.

O pesquisador, num ambiente extremamente competitivo, também é levado a estabelecer estratégias. A carreira acadêmica, no caso de países como o Brasil, no qual a pesquisa está bastante atrelada à universidade e ao trabalho de professor em programas de pós-graduação, está estruturada em degraus. É preciso publicar muito, alcançar reputação, fazer um nome, ser convidado para participar de bancas de mestrado e doutoramento, obter financiamentos para projetos, inserir-se numa lógica de internacionalização e ser aceito em congressos concorridos. Em princípio, nada de extraordinário nessa lógica de carreira. Afinal, como em qualquer domínio, é preciso organizar o trabalho e fixar valores: dizer o que importa, o que deve ser buscado e o que será recompensado.

Qual é, porém, o limite dessa lógica? Será que, levada ao extremo, ela não pode gerar um contrassenso, como uma engrenagem que passa a girar por si mesma, cada vez mais burocrática, complicada, regulada, impositiva, indiscutível, soberana, autoritária, exigente? Vale dizer que não se trata de individualizar ou criticar esta ou aquela pessoa ou instituição, mas de analisar uma dinâmica cada vez mais generalizada. O texto acadêmico, o padrão do artigo científico, por exemplo, tornou-se um gênero, com sequências bem definidas: citações, que funcionam mais como marcas de erudição ou efeitos de confirmação por autoridade, modos de articulação dos argumentos, referências legitimadoras, entre outros.

As apresentações de trabalhos em congressos poderiam, com certa irreverência, ser vistas como jogos de erudição: se A diz hiper-realidade, como exemplo, o que vem à mente de B? Jean Baudrillard. Isso leva C a dar o seu lance, que será contestado ou apoiado por D, tudo num jogo de associações livres. Há algo de errado nesse procedimento? Não necessariamente. Ele parece muito útil como dispositivo de cruzamento de ideias, cooperação científica e desenvolvimento coletivo de hipóteses. Pode também, no extremo, prender-se aos puros efeitos do eruditismo.

Ideologia e Narrativa

Muitas são as possibilidades de interpretação do jogo científico. Paul Feyerabend, austríaco nacionalizado norte-americano, teve o seu tempo de glória como físico anarquista. Combateu o que entendia como arrogância dos cientistas e defendeu um pluralismo metodológico. A adesão ao discurso científico, para ele, ia além do científico:

uma ciência que insiste em ser a detentora do único método correto e dos únicos resultados aceitáveis é ideologia e deve ser separada do Estado e, especialmente, dos processos de educação. Cabe ensiná-la, mas tão-somente àqueles que decidiram aderir a essa particular superstição. De outra parte, uma ciência que renuncie a essas pretensões totalitárias deixa de ser independente e autônoma e poderia ser ensinada sob diferentes combinações (mito e cosmologia moderna seria uma dessas combinações). Está claro que todo empreendimento tem o direito de exigir que os a ele devotados se preparem de modo especial e pode, inclusive, impor a aceitação de certa ideologia. (Feyerabend, 1975/1977, p. 464)

Possivelmente, com sua coragem desassombrada e sua tendência à provocação, Paul Feyerabend exagerou na sua desconstrução. Ele não chegou, contudo, a dizer que a ciência era mero conjunto arbitrário de enunciados ou de dados colhidos para confirmação de hipóteses. O tempo parece, cada vez mais, indicar que o “anarquista epistemológico” queria mais transparência na definição dos valores do campo científico. Não podia aceitar passivamente a tautologia: é científico porque a ciência assim o diz. Embora não haja definição do científico fora da ciência, parecia demandar mais argumentos, demonstrações e ousadia. A Terra não é plana. Essa não é uma arbitrariedade de cientistas. A COVID-19 provém da ação de um vírus, não de uma bactéria. Isso não depende de ponto de vista. Os formatos hoje dominantes na elaboração do discurso científico talvez fizessem Paul Feyerabend partir novamente em guerra contra o engessamento do que, no seu entender, deve ser muito aberto.

Se Paul Feyerabend fala em ideologia, o que quer dizer? Tudo indica que toma ideologia como narrativa: uma história que, no caso, a ciência conta para si mesma, sobre si mesma, com o objetivo de manter seu poder.

Slavoj Žižek (1996) oferece uma definição de ideologia que abre espaço para que se reflita sobre o indicado por Paul Feyerabend:

ideologia pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. (Zizek, 1996, p. 9)

Por apreço a certo rigor, não se levará em consideração a ampla possibilidade de que ideologia possa “designar qualquer coisa”. Se tudo é ideologia, de que modo pensar o ideológico como singularidade? Os demais componentes da descrição mostram-se bastante úteis: o pesquisador/cientista pode desconhecer a realidade social na qual atua e pode ter crenças que condicionam ou justificam a sua ação. Se não for agressivo, dá para especular que possa ter ideias falsas capazes de legitimar o seu poder. Por fim, vivencia suas relações com a estrutura social ou profissional a partir de valores (crenças) não científicos.

A ciência, então, é uma ilusão? Não. Uma perspectiva niilista pode rapidamente render-se e declarar: nada se pode fazer. Cientistas sempre decidirão o que é científico dentro de estruturas de poder. Outra perspectiva, mais pragmática, pode persistir reclamando mais liberdade e transparência na apresentação dos lances argumentativos do jogo científico. Já não é assim? Não se trata de um empreendimento livre em que todos, a qualquer momento, têm liberdade para derrubar estátuas? Sim e não. Por trás da aparente liberdade plena escondem-se impedimentos.

Douglas Kellner (1995/2001) cerca o problema a partir de outro ângulo:

a ideologia pressupõe que “eu” sou a norma, que todos são como eu, que qualquer coisa diferente ou outra não é normal. Para a ideologia, porém, o “eu”, a posição da qual a ideologia fala, é (geralmente) a do branco masculino, ocidental, de classe média ou superior; são posições que veem raças, classes, grupos e sexos diferentes dos seus como secundários, derivativos, inferiores e subservientes. A ideologia, portanto, diferencia e separa grupos em dominantes/dominados e superiores/inferiores, produzindo hierarquias e classificações que servem aos interesses das forças e das elites do poder. (p. 83)

Essas hierarquias usam múltiplos recursos para se manter e difundir. Na ciência, a língua é um deles. O inglês impôs-se como língua franca. O argumento é o da necessidade de uma língua comum que facilite os

intercâmbios e favoreça a cooperação. Essa opção, em princípio racional e utilitária, secundariza um dado de realidade: a diversidade linguística como riqueza da humanidade. Será um ganho do mundo ter uma língua única para o comércio, o conhecimento e a diplomacia? A própria ciência parece que sepultará essa controvérsia: o aperfeiçoamento dos tradutores automáticos, produtos da inteligência artificial, ajudará a comunicação natural a dispensar-se de um suicídio utilitarista.

Resta a questão central: para que servem, de fato, as hierarquias e classificações? Elas são ferramentas para desenvolver a ciência em benefício das sociedades ou modalidades de dominação da ciência como poder de indivíduos ou grupos? Mais uma vez, é possível antecipar a alegação de que não há saída para essa situação: homens fazem ciência, a ciência é uma estrutural social, logo sempre haverá disputas e hierarquias. Tal alegação não afasta o seguinte questionamento: os mecanismos que organizam as classificações e hierarquias atuais são os melhores, estão adequados, foram justificados, podem ser contestados?

A ideologia costuma se autojustificar. Por consequência, só começa a ser percebida como tal quando, mesmo de dentro, o olhar se desvia.

Competição e Cooperação

Não é difícil constatar que as atividades, em geral, articulam-se em dois eixos, antagônicos ou complementares, de competição e cooperação. Dar ênfase a um ou outro desses polos transcende o campo científico. É uma definição de imaginário social. Depende de como a sociedade se vê, do que ela valoriza, dos seus valores fundamentais. Claro que, em qualquer modelo dominante, em qualquer matriz socioeconômica, há, em ciência, competição e cooperação. Variam, no entanto, as proporções e os arranjos (mais ou menos competição, mais ou menos cooperação interinstitucional):

o apogeu dessas relações aconteceu com novas separações, novos antagonismos e novos conflitos. Se, por um lado, as cooperações comunitárias desenvolveram-se em sociedades animais, a predação também se desencadeou entre as espécies; o conflito e a morte alimentaram a cadeia trófica que alimenta os ecossistemas; assim, os animais herbívoros comem plantas e frutas; os pequenos carnívoros comem os herbívoros; os grandes carnívoros comem os pequenos carnívoros e os herbívoros; a decomposição proveniente da morte dos carnívoros alimenta insetos necrófagos, vermes, unicelulares; e

os sais minerais residuais são tragados pelas raízes dos vegetais. O ciclo de morte é, ao mesmo tempo, ciclo de vida. As sociedades animais de vertebrados e mamíferos conseguiram associar princípios de religação comunitária em vista dos perigos ou inimigos externos e princípios de regulação das rivalidades no interior do grupo. As sociedades humanas, como vimos, são, ao mesmo tempo, rivais e comunitárias e organizam-se na união pela discórdia ou pela concórdia. Da mesma forma, na escala dos indivíduos ou na da história humana, vivemos na dialógica de criação-destruição: ordem – desordem – interações – organização. (Morin, 2004/2008, p. 33)

A perspectiva de Edgar Morin pode até parecer ampla demais para o escopo desta reflexão. No entanto, com um olhar mais calmo, os saltos necessários podem ser dados. Os limites da ação – dentro de um campo como o da pesquisa científica – não deixam de ser uma “regulação das rivalidades no interior do grupo”. Esses grupos são, ao mesmo tempo, rivais e comunitários, concorrentes e colaboradores, espaços de concórdia e de discórdia, de ordem, desordem, interações, organização, amizades, inimizades, avanços e recuos. A competição estimula a tentar chegar na frente em relação aos concorrentes. A cooperação, porém, aumenta as forças individuais e amplia a possibilidade de vitória, no caso, a conquista de novos saberes, a ampliação do campo do conhecimento.

O que predomina? A resposta não é categórica: depende do momento, do país, da cultura, enfim, de muitos fatores complexos. Em princípio, a lógica interna da atividade exige muita colaboração. Uma apresentação em congresso científico, para o qual pesquisadores submeteram trabalhos, que foram avaliados por comitês de pares, resultando em selecionados e não selecionados, é colaboração ou competição? Não é difícil aceitar que se trata de competição e cooperação ao mesmo tempo. Morin (1995/2006) destaca que “o conhecimento intelectual organiza-se em função de paradigmas que selecionam, hierarquizam, rejeitam as ideias e informações, bem como em função de significações mitológicas e de projeções imaginárias” (p. 25). Competição ou cooperação não são variáveis dadas de antemão, embora o sejam como possibilidade, inclusive biológica, mas construções ou derivações históricas, culturais, sociológicas.

As sociedades plantam o que colhem. Se premiam generosamente a competição, enfraquecem a cooperação. Se valorizam o indivíduo, o pesquisador como pessoa física merecedora de todos os louvores, dando-lhe muitos troféus e medalhas, relativizam a importância do trabalho em equipe. O

contrário também pode ser problemático e fazer sumir o ânimo pessoal, a vontade individual, o desejo de superação e de vitória.

Uma última citação de Edgar Morin (1995/2006), pensador da complexidade e da transdisciplinaridade, permitirá cercar melhor o ponto em discussão, ou seja, como se produz o conhecimento científico:

que formidável determinismo pesa sobre o conhecimento. Ele nos impõe o que se precisa conhecer, como se deve conhecer, o que não se pode conhecer. Comanda, proíbe, traça os rumos, estabelece os limites, ergue cercas de arame farpado e conduz-nos ao ponto onde devemos ir. E também que conjunto prodigioso de determinações sociais, culturais e históricas é necessário para o nascimento da menor ideia, da menor teoria. (p. 28)

O que é mais produtivo em ciência: cercar com arame farpado ou derrubar os muros? Vigiar ou dar plena liberdade? Punir ou recompensar? Alguma restrição sempre terá de existir. Afinal, um campo precisa ter suas características, suas definições, seus atributos. Não pode ser tudo ao mesmo tempo. Define-se também por suas diferenças em relação aos outros. Tem seus métodos, seus objetos, seus sujeitos, seus procedimentos. A questão, portanto, só pode ser de ponto de equilíbrio. O que é dominante hoje na Europa, nos Estados Unidos, na América Latina?

Artigos acadêmicos, numa perspectiva generosa, podem difundir resultados de pesquisa, defender uma teoria em esboço, apresentar uma nova metodologia, tentar explicar um fenômeno qualquer ou propor uma leitura específica de um texto ou de autor. Essas possibilidades, entre outras imagináveis, encontram ainda acolhida e legitimidade ou, salvo a divulgação de resultados de pesquisa – parte, sem dúvida, nobre da atividade científica – figura, cada vez mais, como única via?

Cada palavra de um texto como este exige ressalvas, explicações, relativizações, advertências: não se trata de acusar pessoas ou de querer invalidar tudo o que se tem feito, mas de gerar tensão, questionar, avaliar, pensar em movimento, sem se eximir de responsabilidades como parte do sistema. O que está sendo valorizado? Como estão sendo produzidas as hierarquias dominantes? Para onde cada um é conduzido? Que “determinações sociais”, para resgatar a expressão usada por Edgar Morin, estão condicionando o surgimento da menor ideia, da menor teoria?

Avaliação e *Ranquismo*

Difícilmente se contestará a importância de adotar sistemas de avaliação do trabalho e das produções científicas, especialmente quando financiadas com dinheiro público. O ponto em questão, portanto, não pode ser avaliar ou não, mas como avaliar e o que fazer dos resultados. Avaliar para aferir se as condições mínimas necessárias ao bom funcionamento de uma instituição estão garantidas ou para produzir classificação e hierarquias (*ranqueamento*) que servirão de critério para distribuição de recursos? Assim como o estímulo à chamada produção intelectual (publicações) não pode se transformar em produtivismo (publicar sempre mais), a avaliação não pode se converter em ideologia do *ranquismo*.

Por que não? Numa primeira abordagem, sempre em termos gerais, para que situações específicas não sejam ignoradas. Se um campo adota publicar fora do país de origem como critério de internacionalização, o que pode ser uma ótima maneira de ampliar horizontes e compartilhar conhecimentos, é preciso não ignorar que certos assuntos podem ser muito importantes internamente e nem tanto em outras realidades, dificultando a seleção de artigos em periódicos altamente qualificados. Por outro lado, como as publicações científicas são formatadas como um gênero (citações, etc.), na competição por espaço, os concorrentes podem tender a certo conformismo para se adaptar aos temas e valores percebidos de determinada revista. A busca pelo conhecimento pode resultar em repetições inúteis.

O pesquisador pode tornar-se um jogador que busca identificar o que editores de periódicos e pares avaliadores aceitam com mais facilidade. Adapta-se para sobreviver. Se quem publica mais, nos lugares mais bem avaliados, tem vantagens, esse competidor poderá sacrificar o espaço da pesquisa, aquela que demanda muito esforço e tempo, para diluir o que já obteve numa profusão de artigos para diferentes espaços sem que, de fato, esteja contribuindo com novas informações e conhecimentos. Outro problema, em hipótese, diz respeito à possível singularidade de cada área ou campo. Uma vulgata sugere que ciência é ciência e terminou. Mas será que as ciências humanas e as ditas ciências “duras” são realmente iguais?

As ciências humanas sempre valorizaram muito os livros, que continuam a ser muito citados em artigos para periódicos. Como estes julgam, por pares, antes de publicar algo, tendem a parecer mais rigorosos. Afinal, um autor pode financiar a publicação de um livro ou encontrar uma editora que, mesmo tendo um conselho científico, não seja rigorosa na avaliação. Os livros

são julgados depois de publicados e por comissões constituídas para tal fim, o que diminui a complexidades dos processos, passando de avaliações difusas para julgamentos concentrados e mais frágeis. Não estaria aí um atestado da incapacidade de uma área científica para dizer com segurança o que vale uma obra? O meio mais seguro não seria esperar que o tempo e a comunidade científica se manifestassem?

Uma maneira cada vez mais consolidada de avaliar artigos é a do fator de impacto. Os mais citados valem mais. Isso vale para os periódicos, para os textos e para os autores. Parece inquestionável. Diante de certa pressa nas avaliações, porém, como dar tempo à maturação de uma publicação: quantos anos precisa uma publicação para ser citada? Artigos de pesquisadores de instituições mais bem avaliadas não tendem a ser mais bem avaliados, levando a que suas instituições sejam ainda mais bem avaliadas? Pareceres “cegos” são realmente “cegos” ou os textos são distribuídos para avaliadores potencialmente habilitados para aceitar ou recusar? Seria melhor fazer distribuição total por sorteio? Como evitar distorções, viés, compadrismo? Em função da facilidade de publicação proporcionada pelas tecnologias atuais não seria mais simples que cada pesquisador ou instituição disponibilizasse nos seus sites o que produz, deixando a avaliadores o trabalho de dizer o que vale cada produto?

Muitas dessas questões serão certamente vistas como supérfluas ou superadas por especialistas ou por pesquisadores com opinião já formada. As operações científicas, porém, não se dão fora de enquadramentos sociais, políticos e econômicos. Seria totalmente descabido falar em indústria do fator de impacto? Em economia do *ranquismo*? Em produção desenfreada de indicadores com fins políticos? Em mecanismos de poder sob a forma de quantificação e objetivação dos conhecimentos produzidos? Essas questões revelam uma tendência paranoica, capaz de suspeitar de tudo e de considerar um sistema inteiro contaminado por distorções?

Em tese, tudo é possível. Não é, contudo, a intenção aqui. Não se trata de ativismo acadêmico contra avaliações, o que seria insensato, mas de uma reflexão sobre as consequências de escolhas feitas legitimamente, embora, pelo rastro que deixam de dúvidas, nem sempre resolvidas. Caso se possa falar com pertinência em *ranquismo* na ciência, que benefícios ou prejuízos essa tendência traz? É possível fazer esse questionamento sem sofrer de modo automático um processo de cancelamento por suposta indução a considerar um falso problema? Para combater a improdutividade é pertinente apostar em superprodutividade? Isso está acontecendo ou não?

Para retomar a citação de Edgar Morin (1995/2006, p. 28) feita anteriormente, o sistema “ergue cercas de arame farpado e conduz-nos ao ponto onde devemos ir”. Que ponto é esse em se tratando do que se possa verificar nas realidades compartilhadas internacionalmente nos campos acadêmicos? Há mais cercas de arame farpado do que espaços de liberdade? Ao interlocutor que possa perguntar pelos exemplos concretos cabe responder que importante neste momento é o desenho de uma moldura, de um enquadramento, esboçando um problema, sentido por muitos de maneira vaga, para, quem sabe, levar a análises mais aprofundadas. Há pistas espalhadas. Essas pistas não são novas. Até que ponto devem ser sistematizadas e avaliadas?

Se Douglas Kellner (1995/2001), citado antes, tem razão ao dizer que “a ideologia pressupõe que ‘eu’ sou a norma, que todos são como eu, que qualquer coisa diferente ou outra não é normal”, seria “anormal” questionar os sistemas dominantes de classificação da ciência, ou das ciências, como modos de hierarquização, não necessariamente os melhores, sociais, mais do que científicos ou epistemológicos? Uma das maneiras mais comuns de opor obstáculos a algum raciocínio inconveniente, ou visto como ocioso, é exigir que ele seja interrompido a cada momento para que se apresentem mais definições prévias, conceituações e esclarecimentos pontuais. Como se trata de uma introdução ao problema, de natureza exploratória, não se atenderá a tal demanda, de resto, aceitável em outras perspectivas.

No seu tempo, com sistemas de hierarquização diferentes, Paul Feyerabend (1975/1977) pedia mais liberdade de experimentação e de ousadia e apresentava lances argumentativos (ou provocativos) que soam ingênuos:

segundo essas histórias fantasiosas, o êxito da ciência é o resultado de combinação sutil, mas cuidadosamente dosada, de inventividade e controle. Os cientistas têm *ideias* e dispõem de *métodos* especiais para desenvolvê-las. As teorias da ciência foram aprovadas no teste do método. Proporcionam melhor visão do mundo que ideias não passadas pelo crivo desse teste. (p. 455)

Sem dúvida, sobre certos assuntos a ciência fornece uma visão mais acurada. Melhor segui-la, em se tratando de uma pandemia, do que dar ouvidos a políticos extremistas ou messiânicos. Método é fundamental. Acontece que muitos são os métodos. Nem tudo se resolve de uma vez por todas. O ponto interessante dessa passagem citada é outro: “o êxito da ciência” como “resultado de combinação sutil, mas cuidadosamente dosada, de inventividade e controle” (Feyerabend, 1975/1977, p. 455). Neste ponto, a subjetividade faz

soar as suas trombetas e volta, em grande estilo, a cena da produção científica: quem controla essa “dosagem sutil”? Cientistas. Pessoas. Subjetividades.

Não se pressupondo ciência sem cientistas, ou seja, sem pessoas, nem o desejando, resta a aplicação de um “remédio” filosófico milenar: o questionamento. O que isso significa na prática da produção de ideias? A possibilidade de rever de tempos em tempos a “dosagem” sutil entre “inventividade e controle”. Não se deve descartar a possibilidade de alguém ser inventivo apesar do controle, ou até por causa dele, ou de que o controle existente não seja excessivo. Pode-se também substituir a palavra controle por produção. Haveria uma “dose sutil” adequada atualmente entre “inventividade e produção”? Ou a produção, transformada em produtivismo, para alimentar os *ranqueamentos*, limita a inventividade?

Na falta de possíveis respostas mais iluminadoras, o que não invalida a busca, vale uma comparação com o universo da física:

todos revelam que nosso universo é composto, mais ou menos, por uma combinação de matéria regular, matéria escura e energia escura na razão de 5%, 27% e 68%. Ainda que não saibamos o que essas coisas sejam, podemos dizer com bastante segurança que sabemos o quanto existe de cada uma. Não temos a menor ideia do que são, mas sabemos que estão lá. Sejam bem-vindos à era da ignorância de precisão. (Cham & Whiteson, 2019, p. 51)

Seria o caso de aplicar um altivo “não temos a menor ideia” ao problema do *ranqueamento* e das suas consequências? Fazer ciência, porém, não é ter respostas para tudo. Um bom número de perguntas pode ser útil desde que haja predisposição para o debate. Estará este interdito? Às vezes, a reabertura de um processo não se dá por falta de novas evidências ou de boas questões. Afinal, retomar uma discussão não deve ocorrer apenas para satisfazer espíritos inconformados. Melhores costumam ser as mentes inconformistas. Há, com certeza, um modelo dominante: formato de publicações, língua franca, fatores de impacto, *ranqueamentos*, entre outros. É o melhor? Já passou no “teste do método”, funciona, é o mais justo, é consenso entre pares, tem, ao menos, apoio majoritário? Um campo é um espaço de questionamentos, tem questionadores e questionados, cada um emprega nas suas perguntas as estratégias que suas dúvidas instigam.

Não há paz nos campos. O conflito faz crescer. Espera-se.

Referências

- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão* (M. L. Machado, Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1996)
- Cham, J., & Whiteson, D. (2019). *Não tenho a menor ideia. Um guia para o universo desconhecido*. Best Seller.
- Feyerabend, P. (1977). *Contra o método. Esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento* (O. S. da Mata & L. Hegenberg, Trans.). Francisco Alves Editora. (Trabalho original publicado em 1975)
- Foucault, M. (2001). *Microfísica do poder* (R. Machado, Trad.). Edições Graal.
- Kellner, D. (2001). *A cultura da mídia – Estudos culturais: Identidade e política entre o moderno e o pós-moderno* (I. C. Benedetti, Trad.). EDUSC. (Trabalho original publicado em 1995)
- Levy, B.-H. (1991). *Les aventures de la liberté: Une histoire subjective des intellectuels*. Grasset.
- Liotard, J.-F. (1986). *O pós-moderno* (R. C. Barbosa, Trad.). José Olympio. (Trabalho original publicado em 1979)
- Morin, E. (2006). *O método 4: Habitat, vida, costumes, organização* (J. M. da Silva, Trad.). Sulina. (Trabalho original publicado em 1995)
- Morin, E. (2007). *O método 5: A humanidade da humanidade – A identidade humana* (J. M. da Silva, Trad.). Sulina. (Trabalho original publicado em 2001)
- Morin, E. (2008). *O método 6: A ética* (J. M. da Silva, Trad.). Sulina. (Trabalho original publicado em 2004)
- Nietzsche, F. (2008). *Sobre verdade e mentira* (F. de M. Barros, Trad.). Hedra. (Trabalho original publicado em 1896)
- Popper, K. (1978). *A lógica das ciências sociais* (E. de R. Martins, Trad.). Tempo Brasileiro.
- Popper, K. (1982). *Conjecturas e refutações* (S. Bath, Trad.). Editora Universidade de Brasília. (Trabalho original publicado em 1963)
- Weber, M. (2003). *Ciência e política: Duas vocações* (M. A. Casanova, Trad.). Editora Martin Claret. (Trabalho original publicado em 1919)
- Zizek, S. (1996). O espectro da ideologia. In S. Zizek (Ed.), *Um mapa da ideologia* (pp. 5–12; V. Ribeiro, Trad.). Contraponto. (Trabalho original publicado em 1994)